



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 126612-2/01 - Comarca do Recife

Embargante: Flávio José de Oliveira Magalhães.

Embargado: Município do Recife.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. JUNTADA DO SUBSTABELECIMENTO POSTERIORMENTE. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS À UNANIMIDADE. 1. Tendo sido oportunizado as partes prazo para correção de eventuais irregularidades de representação processual, conforme despacho de fls. 600 dos autos em apenso, sem que, contudo, dita providencia restasse observada pelo embargante em tempo oportuno, não há se falar em violação ao art. 13 do CPC. 2. Somente quando o feito se encontrava nesta E. Corte de Justiça, é que o embargante procedeu a juntada do referido instrumento procuratório, sendo necessário reconhecer a ocorrência da preclusão consumativa. 3. Precedentes do STJ citados. 4. Aclaratórios improvidos. 5. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 126612-2/01, supra referenciados, julgados em sessão realizada nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha de julgamento em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator

196
21
C



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Salvatore Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 126612-2/01 – Comarca do Recife

Embargante: Flávio José de Oliveira Magalhães.

Embargado: Município do Recife.

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração diante de acórdão assim
ementado:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR DE REINCLUSÃO DOS AUTORES EXCLUÍDOS DA LIDE PARCIALMENTE PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME. MÉRITO. IPTU. PROGRESSIVIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. EC Nº 29/00. LEI MUNICIPAL Nº 15.563/91. CONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE. IMPOSSIBILIDADE. TLP. BASE DE CÁLCULO DIFERENTE DA DO IPTU. COBRANÇA LEGAL. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO, RESTANDO PREJUDICADO O APELO DO MUNICÍPIO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Fora, nos termos do art. 13 do CPC, oportunizado a parte autora prazo para correção de eventuais irregularidades processuais, sem que restassem sanados os vícios apontados quanto à representação processual daqueles que foram excluídos da lide, salvo quanto a Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho, vez que, por postular em causa própria, deve ser reintegrado no pólo ativo da lide. 2. Preliminar parcialmente provida à unanimidade. 3. Mérito. 4. Somente após a entrada em vigor da EC nº 29/00 foi possibilitado aos municípios a utilização da progressividade das alíquotas do IPTU em razão da presumível capacidade econômica do contribuinte, de acordo com a localização e o uso do imóvel, sem prejuízo da possibilidade da progressividade visando assegurar a função social da propriedade, em conformidade com o art. 182, II, § 4º, da CF/88. 5. Entendimento sedimentado na Súmula nº 668 do STF. 6. Resta patente a inconstitucionalidade das alíquotas progressivas instituídas pela Lei Municipal nº 15.563/91, ao menos até a vigência da EC nº 29/00. 7. Não há que se falar em constitucionalidade superveniente de norma originariamente tida por inconstitucional haja vista o ordenamento jurídico pátrio não comportar tal possibilidade, de modo que, enquanto não promulgada nova lei nos termos constitucionalmente consagrados, indevida será a exigibilidade das obrigações previstas na norma pretérita declarada inconstitucional. 8. Lei Municipal nº 16.933/03, com vigência a partir de janeiro de 2004, instituidora da progressividade das alíquotas do IPTU em razão da capacidade econômica do contribuinte, devendo eventual repetição de indébito observar a prescrição quinquenal. 9. É constitucional a cobrança da TLP – Taxa de Limpeza Pública cobrada em razão da coleta domiciliar de lixo. 10. O fato de um dos elementos utilizados na fixação da base de cálculo do IPTU (metragem da área construída do imóvel), ser tomado em conta na determinação da alíquota da taxa de coleta de lixo não quer dizer que teria essa taxa base de cálculo igual a do imposto em comento. 11. Não restaram violados os arts. 77 do CTN e 145, § 2º da CF/88. 12. Precedente do STF. 13. Reexame necessário parcialmente provido à unanimidade, restando prejudicado o apelo do Município (RNAC 126612-2, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 14/08/2008).

DB

Segundo o embargante, a citada decisão teria sido omissa quanto à apreciação da posterior regularização de sua representação, devendo ser reintegrado à lide, aplicando-se o julgado embargado também em relação a sua pessoa.

Contra-razões de fls. 14, onde se alega que, embora tenha sido oportunizado as partes com representação processual irregular, prazo para que fosse sanado a omissão das respectivas procurações, o embargante quedou-se inerte.

É o relatório.

VOTO

Tendo sido oportunizado as partes prazo para correção de eventuais irregularidades de representação processual, conforme despacho de fls. 600 dos autos em apenso, sem que, contudo, dita providencia restasse observada pelo embargante em tempo oportuno, não há se falar em violação ao art. 13 do CPC.

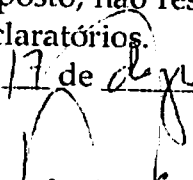
Outrossim, somente quando o feito se encontrava nesta E. Corte de Justiça, é que o embargante procedeu a juntada do referido instrumento procuratório, sendo necessário reconhecer a ocorrência da preclusão consumativa.

No sentido posto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consoante arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INEXISTENTE. SÚMULA N. 115/STJ. IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. JUNTADA DO SUBSTABELECIMENTO POSTERIORMENTE. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 1. Nos termos da Súmula 115 desta Corte, reputa-se inexistente o recurso especial interposto por advogado que não possua instrumento de procuração nos autos. 2. No caso, constatou-se que as advogadas que subscrevem a petição do recurso especial não possuem poderes para tanto. É que o documento de representação processual, atestando o substabelecimento de poderes para as mesmas, só foi acostado aos autos em data posterior à interposição do apelo excepcional, o que não se mostra possível em razão da preclusão consumativa. 3. Agravo regimental não provido (AgRg no Ag 1125605/SP, T2, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ 12/05/2009).

Pelo exposto, não restando vulnerado o art. 13 da CPC, voto pelo improvimento dos aclaratórios.

Recife, 17 de agosto de 2009


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator